

108485

CARÊNCIA EMBORA PRESENTES EM TODOS OS MUNICÍPIOS CAPIXABAS, OS CONSELHOS TUTELARES AINDA CARECEM DE INFRA-ESTRUTURA PARA PRESTAR ATENDIMENTO

Estatuto da Criança completa 16 anos, mas ainda engatinha

Considerado quase perfeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente não é colocado em prática

CLAUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br
JUSSARA BAPTISTA
jbaptista@redgazeta.com.br

Ele completa hoje 16 anos. No papel, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado quase perfeito, avançado. Mas as chamadas retaguardas, fundamentais para que as frias letras da lei resultem em ações práticas voltadas à parcela da população a qual elas se destinam, ainda deixam muito a desejar, no Espírito Santo e em grande parte do país.

União, Estado e municípios ainda devem muito às crianças e adolescentes brasileiros, no que se refere à sua proteção integral, embora a elas a lei determine que seja dada prioridade absoluta.

Basta ler o Artigo 4º do

ECA (veja o destaque) para se constatar que entre o que a lei prevê e o que existe, na prática, há uma distância imensurável.

No Espírito Santo, a juíza de Vila Velha, dirigente do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, do Ministério Público, Maria Zumira Teixeira Bowen, a conselheira tutelar de Vitória, Mônica Scárdua, e o secretário-geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad), Sebastião Duarte Vanzeler, admitem: neste 16º aniversário do ECA há mais causas para reclamações e críticas do que para festa.

A promotora Maria Zumira diz que há desprezo do poder público em relação às políticas de prevenção.

Sebastião Duarte Vanzeler, do Criad, diz que mesmo que se saiba da importância da prevenção, é mais fácil a liberação, pelo Estado, de dinheiro para a construção de presídios.

Ele diz que é preciso mais ação contra a violência sexual, melhores atendimentos nas áreas da Educação e da Saúde, e mais apoio às ONGs.



FUTURO. No Projeto Legal, na Serra, jovens participam de atividades como a capoeira. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

Vara da Infância e Juventude é premiada por trabalho pioneiro

ANÁLISE

Hiran Pinel

Sociedade tem que provocar

A nossa sociedade parece ter perdido a capacidade de se indignar, de se emocionar com a situação da criança e do adolescente, vítimas do descaso do Estado brasileiro. Muitas pessoas já não se tocam com o abandono dos meninos e meninas de rua. Passam por elas e fingem que não as vêem. A sociedade tem que provocar, tem que cobrar do Estado, porque todos nós pagamos impostos, que têm que ser aplicados em políticas públicas que beneficiem as crianças, os adolescentes e as suas famílias. Duas instituições são vitais para que o Estatuto da

União, Estado e municípios ainda devem muito às crianças e adolescentes brasileiros, no que se refere à sua proteção integral, embora a elas a lei determine que seja dada prioridade absoluta.

Basta ler o Artigo 4º do

Municípios investem pouco em crianças

“Fico envergonhada de ver que temos uma lei avançada, mas de pouquíssima aplicabilidade. Sem suporte, a criança vai se transformar no adulto criminoso”, argumenta a dirigente do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público Estadual, promotora Maria Zumira Teixeira Bowen.

Ela lembra que é necessário que os municípios ofereçam escolas de tempo integral e atendam às necessidades básicas de saúde da população infantil e jovem. Hoje, segundo ela, os gestores públicos não vêem a criança como prioridade.

O Estatuto é eficaz somente com aplicação de políticas básicas de atenção à infância e à juventude. “Li, recentemente, planos e diretrizes orçamentárias de quatro municípios do interior. Um deles destinou só R\$ 5 mil para política da infância, neste ano. Na Grande Vitória, só a Serra possui uma rede de proteção melhor”, diz ela.

Vitória, embora com mais recursos, segundo a promotora, deixa a desejar na rede de proteção à criança, assim como Vila Velha e Cariacica.

fácil a liberação, pelo Estado, de dinheiro para a construção de presídios.

Ele diz que é preciso mais ação contra a violência sexual, melhores atendimentos nas áreas da Educação e da Saúde, e mais apoio às ONGs.

“É preciso solidariedade”, diz juíza

No dia-a-dia do seu trabalho na Vara de Infância e da Juventude de Vila Velha, onde tramitam dois mil processos, a juíza Patrícia Neves sonha com a existência de um trabalho preventivo que possa mudar a realidade de crianças e adolescentes capixabas.

Sem esse trabalho, hoje, é grande o número de casos de crianças e jovens vítimas das drogas, muitas envolvidas com a criminalidade.

Ela diz que associações de moradores, igrejas, que a sociedade como um todo, devem se empenhar para resolver parte dos problemas que chegam aos juizados. “É preciso uma rede de solidariedade, que as famílias tenham condições de educar seus filhos. Não se pode judicializar tudo”, argumenta.

A juíza afirma que os conselhos tutelares são malaparelhados, que faltam serviços para tratar e desintoxicar usuários de drogas - além dos que as igrejas oferecerem. E defende mais investimentos em Educação, com escolas de tempo integral e oficinas profissionalizantes.

Vara da Infância e Juventude é premiada por trabalho pioneiro

Enquanto muitas cidades andam distantes de cumprir as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Vara da Infância e Juventude da Serra recebeu um reconhecimento nacional pela criação de um banco informatizado com dados de todas as crianças em situação de risco social da cidade.

“A informatização deu agilidade aos trabalhos. Sabemos da situação detalhada de todas as crianças”, explicou a juíza Gladys Henriques Pinheiro, que recebeu pela iniciativa pioneira, em dezem-

bro do ano passado, o prêmio “Inovare”, da Associação Brasileira dos Magistrados.

A cidade possui 10 instituições, que abrigam as crianças, incluindo as casas de passagem. A juíza explicou que o programa tem ajudado a fiscalizar esses estabelecimentos. “Fazemos visitas e acompanhamos a vida das crianças. Elas não ficam esquecidas nos abrigos”.

NOVA VIDA. O trabalho da Vara da Infância e Juventude da Serra tem ampliado as perspectivas das crianças. No

bairro Nova Carapina, que possui alto índice de criminalidade, com apoio da Pastoral do Menor, 236 jovens em situação de risco foram retirados da rua e freqüentam a jornada ampliada, com atividades esportivas, educacionais, culturais e artísticas no Projeto Legal.

Um desses jovens é João (nome fictício), 15 anos. “Via gente roubando e fumando, mas não queria nada disso. Meu sonho é mexer com computadores”, contou ele, que tem aulas de capoeira e, em breve, iniciará um curso profissionalizante.

O QUE DIZ O ESTATUTO

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária”.

ARTIGO 4º DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Conselhos tutelares funcionam sem apoio

Em todo o Estado, há 89 conselhos tutelares, mas o fato de todos os municípios serem atendidos pela estrutura prevista pelo ECA não significa um padrão ideal de atendimento. Pelo contrário.

Vitória só dispõe de um conselho, que esbarra na precariedade da estrutura de apoio. Em apenas cinco meses, o conselho atendeu a 807 crianças e adolescentes, cujos direitos foram violados.

Negligência e conflitos entre pais são as principais causas de atendimento, feito por cin-

todos nós pagamos impostos, que têm que ser aplicados em políticas públicas que beneficiem as crianças, os adolescentes e as suas famílias. Duas instituições são vitais para que o Estatuto da Criança e do Adolescente funcione, na prática: a escola e a família. A escola tem que ser inclusiva, e assumir o compromisso com aqueles que estão em situação de risco ou abandono. E a família, tem que ser reforçada, valorizada. Ela é a base do carinho, o porto seguro”.

Hiran Pinel é psicólogo e professor do Programa de Pós-Graduação da Ufes

co conselheiros que se desdobram. Só agora a cidade se prepara para abrir mais um conselho, na área de Maruípe.

A conselheira Mônica Scárdia diz que a cidade não dispõe de uma casa de passagem, e que são poucas as vagas nos abrigos. Os casos de uso de drogas têm aumentado, mas é difícil conseguir internação e há demora no atendimento ambulatorial. Ela defende uma maior atenção à família. “Muitas vezes, chegamos à família quando ela já está desmantelada”.